

# **Drogas como dispositivo contemporâneo**

## **Entrevista com o Professor Rubens Adorno**

**Antônio Claret e Marcelo Braga de Freitas<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Puc Minas.



*Esta entrevista foi realizada em setembro de 2017, em Belo Horizonte, quando o Professor Rubens Adorno apresentou as análises de sua pesquisa “Drogas como dispositivo contemporâneo. Miséria política ou miséria urbana no Brasil”, em palestra proferida como pré-atividade do VI Congresso Internacional da ABRAMD – Drogas e Autonomia: Ciência, Diversidade, Política e Cuidados –, a convite da Professora Doutora Regina de Paula Medeiros, presidente da Comissão Organizadora Nacional do Congresso.*



## APRESENTAÇÃO

Rubens de Camargo Ferreira Adorno é professor na Universidade de São Paulo e vice-presidente da ABRAMD – Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, com especialização, mestrado e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Atua nas linhas de pesquisa relacionadas à Saúde Pública, Ciências Sociais e Sociedade Contemporânea. O trabalho científico que desenvolve procura levar uma contribuição da Antropologia Crítica ao campo da Saúde, através de estudos que abordam as transformações que ocorrem nas vidas das populações, considerando os seus recortes sociais, a diversidade cultural dos diferentes atores e a complexidade que estas experiências de vida envolvem. Os seus estudos recentes tratam de questões relacionadas às drogas “lícitas, ilícitas ou prescritas”, nas sociedades contemporâneas.

O entrevistado, a partir do estudo de um caso específico na cidade de São Paulo, cujo objetivo de partida era investigar a relação de homicídios de jovens com o tráfico de drogas, nos apresenta uma série de argumentos e observações empíricas que desnudam e desmistificam visões preconceituosas e construtoras de estigmas relacionados ao universo das “drogas” na sociedade brasileira. Além da importância do trabalho científico, a publicação desta entrevista vem a calhar dado o momento de crise pelo qual passa o país, surpreendido pelo decreto presidencial de fevereiro de 2018, aprovado pelo Congresso, que autorizou a intervenção federal na segurança do estado do Rio de Janeiro, através da ação das Forças Armadas Nacionais e que se encontra em andamento.

O entrevistado nos convida a olhar para as periferias das grandes cidades brasileiras não como espaços onde o Estado se faz ausente, mas, pelo contrário, onde a atuação das forças de segurança e o exercício do controle são uma constante. Essa presença, tensa e conflituosa, não raras vezes amplia as estatísticas de violência. A pesquisa coordenada pelo Professor Rubens, realizada em região considerada periférica da cidade de São Paulo, investigou em profundidade as principais causas de homicídios de jovens nesse território, inclusive de homicídios por intervenção policial. As descobertas empíricas vão de encontro ao raciocínio difundido no Brasil de que há sempre uma relação entre homicídios e tráfico de



drogas. Há sim, muitas vezes, relação com atos criminosos, porém de outras naturezas. A hipótese explicativa para a particularidade paulistana, inspirada também nos achados de outras pesquisas no mesmo campo de conhecimento, tange o processo de cartelização do negócio da droga pelo PCC, que domina a cadeia produtiva e impõe regras e procedimentos menos violentos e mais eficientes de comercialização.

Diante dessa realidade, o mercado e o consumo social da droga se dão de forma “protegida”. Existiria, e essa é outra hipótese contundente e original do trabalho, toda uma trama ao redor do universo de consumo e comercialização das drogas que envolveria, inclusive, o Estado, desde a polícia até a política de saúde, e que compreenderia fases distintas, desde o consumo até o tratamento dos dependentes químicos. Acontece que todo esse enredo se desenrola em meio ao sofrimento dos envolvidos e, em muitos casos, tendo como fim a morte dos jovens por decorrência do uso dessas drogas.

Hoje, nos alerta Adorno, a reflexão sobre caminhos mais promissores para a superação dessa crise generalizada esbarra no proibicionismo, uma lógica que, ao censurar e impor o tabu social, dá carta branca ao comércio liberado. É preciso acreditar, porém, na capacidade das Ciências Sociais, da Psicologia Social e da Antropologia em produzirem conhecimentos mais próximos do real e que sejam capazes de desmistificar e desvendar processos escamoteados e pouco visíveis.

As reflexões teóricas sobre drogas, saúde e segurança ora compartilhadas, bem como os *insights*, a descrição de experiências de campo, a reflexão sobre ética em pesquisa, o relato da criação de um novo conceito e a importância da utopia são alguns dos elementos presentes nesta entrevista. Nas próximas páginas, Rubens Adorno não apenas comprova que é possível fazer ciência de alta qualidade, mas também nos aponta caminhos e nos convence do porquê. Boa leitura.



## ENTREVISTA

**O senhor poderia comentar sobre o tema da pesquisa e o conceito que orientou o trabalho, “Drogas como dispositivo contemporâneo”?**

O conceito de “drogas como um dispositivo contemporâneo” já foi usado por uma série de pesquisadores, em trabalhos, em teses sobre o tema das drogas, o que é interessante. A própria palavra “droga” é um dispositivo, então, eu sempre começo a conversa dizendo que drogas são medicamentos também: medicamentos psicoativos e não psicoativos. O nome genérico “droga”, historicamente, etimologicamente, vários historiadores, sociólogos, antropólogos se utilizaram dele. Mas eu acho que o Brasil, entre tantas outras coisas, nesses últimos anos, viu aparecer e impactar na mídia a palavra “drogas”, “usuários de drogas”, “uso público de drogas”... Isso foi dado muito em torno do crack, dessa construção e demonização de uma droga muito identificada com a situação de rua, com a cena pública de rua, com a exclusão, com uma corporalidade ou com corporalidades específicas dos próprios usuários.—Isso aí marca a construção do dispositivo “droga”, hoje, na sociedade brasileira, com todas as questões políticas, com as tramas da ilegalidade do Estado. Eu diria que esse tratamento ocupou a cena política e a fala sobre drogas. Entretanto, foi a *Plataforma Brasileira de Política*



*de Drogas*, que realizou um edital sobre o tema para construção de textos a partir de pesquisas, que possibilitou esse nosso olhar para uma região, também chamada periférica, da cidade de São Paulo. Eu também penso que a gente tem que ter um cuidado constante com os conceitos, com as noções, porque à medida que a gente passa a ter recortes, olhares, perguntas e indagações sobre essas categorias, elas também passam a perguntar sobre os próprios conceitos criados. Eu diria que o próprio conceito de “periferia”, os bairros periféricos, as regiões periféricas, acho que quando a gente fala esses nomes, eles abrem uma chave compreensiva que a gente precisa estar sempre revisitando. E um começo disso é não olhar para a periferia como um local de ausência do Estado. Mas, como o local onde a força, o controle, o exercício da prática do Estado é extremamente presente, extremamente atuante,—através da segurança, da polícia e da saúde. E como, na verdade, ela mobiliza essas questões, ela exerce controle, mas não só exerce controle, participa também de um processo que, hoje, envolve desde a distribuição, o consumo, a produção de insumos relacionados ao uso das drogas ilegais, quer dizer, ilícitas, até o cuidado com aqueles que têm uso problemático de drogas. Aí a gente se vê diante de uma primeira questão que é dividir: a maior parte das pessoas, da população, usa drogas. Os usos problemáticos dizem respeito a um conjunto de sujeitos, um conjunto de processos bastante específicos. Então, eu diria que as Ciências Sociais, a Antropologia, a Psicologia Social, quando olham para esses processos, (para) os usos, a produção, quer dizer, que envolvem desde a produção, consumo, distribuição, o envolvimento, as formas, os modos de usos, os modos de consumo das drogas, que elas produzem um conhecimento mais próximo do real, do cotidiano, do que o conhecimento biomédico, que é marcado por uma produção de uma verdade monolítica e monocausal baseada em uma concepção orgânica, e na reação orgânica do uso. Já esse olhar das Ciências Sociais, da Antropologia desvenda outros processos. Uma das características, e aqui falando da ABRAMD – Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas – , que vai realizar o congresso<sup>2</sup>, tem exatamente essa posição de um olhar amplo,

---

<sup>2</sup> O VI Congresso Internacional da ABRAMD – Drogas e Autonomia: Ciência, Diversidade, Política e Cuidados, foi realizado em Belo Horizonte na PUC Minas, Coração Eucarístico, em novembro de 2017.



multidisciplinar, voltado para a complexidade dessa questão. Inclusive, a insígnia da ABRAMD é *ciência e diversidade*. Ciência é conhecimento, um processo que só é possível pela diversidade e não pela reificação de um mesmo conhecimento. Eu acredito que a gente trouxe aqui, com a pesquisa, um pouco desse debate. Se, de um lado, foi sobejamente explorado e visibilizado os usos públicos, as figuras ou os corpos destes usuários como uma simplificação ou reificação do que significava drogas, ou a construção de uma demonização, o que a gente fez foi mostrar, à parte disso, a capilarização do consumo social das drogas ilícitas, seja da cocaína aspirada, seja do que é chamado na periferia de São Paulo de bala, que parece muito próximo do efeito do ecstasy, seja do lança-perfume, que é sobejamente utilizado em festas e em comemorações nos bairros. Quer dizer, existe uma oferta de psicoativos que mobiliza e, de certa forma, tornam cativos os jovens destes territórios neste consumo. Quase como se, hoje, eu performo o consumo, mostro nas mídias, ou mostro no cotidiano, como aquilo se realiza, quase que a *performance* desses consumos em um determinado território é o que leva a toda uma parcela significativa de uma geração jovem a entrar dentro deste consumo. Eu diria assim: olha, fazer isso de uma maneira (eu vou usar um termo provocativo) “positiva”, no sentido em que é, de alguma forma, uma inserção e uma identidade dentro daquele território. Esse tipo de uso faz parte da saída para uma festa, para uma balada. O que, na verdade, a gente está discutindo aqui, é que esta venda, hoje, mobiliza toda uma trama, da polícia até a saúde – eu estou falando aqui, de um caso muito específico de São Paulo –, e daí como tem estudos na Sociologia e na Antropologia que já *etnografaram* a presença do PCC, neste contexto, parece que o fato significativo, que está aí, é a chamada pacificação a partir da cartelização do mercado de drogas. Essa pesquisa deu início, tentando identificar, a partir de uma lista de homicídios, dentre eles, de homicídios por intervenção legal, quer dizer, jovens mortos pela polícia, a relação destes com o tráfico, já que existe todo um raciocínio, quer seja em torno da violência na sociedade brasileira e nas regiões periféricas, quer seja por meio do tema das juventudes periféricas, quer seja por parte da questão do racismo do Estado



brasileiro, em relação aos jovens negros, há sempre uma relação da morte com o tráfico de drogas. O que é possível dizer, dessa investigação, quando se observou e se recuperou as histórias locais dessas mortes, é que sim, foram homicídios, muitos praticados pela polícia, mas eles, em si, não tinham nexos diretos com o tráfico de drogas. E aí, essa venda das drogas, essa relação com os jovens, ela está (usando um termo forte) “protegida”, quer dizer, são outras ações no chamado mundo do crime, categoria nativa, que a periferia de São Paulo usa, e autores como Gabriel Feltran, Vera Telles, Daniel Hirata e novos pesquisadores, que estão trabalhando com essa questão, com essa chave, que é o mundo do crime, usam ao investigar as mortes e a sua relação com o tráfico. Estava se iluminando uma parte desses crimes, que é o tráfico de drogas, e o que a gente verificou na pesquisa, pelas narrativas, pelos dados, pelos atestados de óbitos, pelo SIM – Sistema de Informação de Mortalidade –, que é feito pela prefeitura, dentro do DATASUS, do modelo do Ministério da Saúde, é que as mortes não se relacionavam com isso, mas com outras modalidades na participação do mundo do crime, seja o roubo de carros ou os pequenos roubos, mas se relacionavam com esse sistema.

Outra coisa importante na pesquisa é a quebra do mito que é o usuário de drogas de classe média que usa maconha, cannabis, etc. Bom, o uso da cannabis era recorrente nas esquinas deste bairro, para a própria narrativa das pessoas entrevistadas. Existia a seguinte concepção: a cannabis ou a cocaína, ou o lança-perfume, ou a bala, que era usada nesses eventos, não eram drogas. Droga era o crack. Um outro produto da pesquisa é mostrar a existência de uma segmentação de mercado. Essas drogas eram de consumo territoriais. Uma demonização, a partir do próprio tráfico, do crack e da produção desse estigma, que ele é a droga, estabelece que pessoas que usam crack não iriam usar no território. Iriam usar na área central da cidade, ou no caso de São Paulo, na região do Cemitério Jardim São Luiz, que é uma espécie de zona de uso público da região sul da cidade de São Paulo. Ou seja, se observa essa demonização do tráfico e esse liberalismo de todas as outras ofertas de drogas. Inclusive, uma outra coisa que se registrou,





foram óbitos supostamente decorrentes do uso de cocaína, de componentes do lança-perfume... supostamente por overdose ou por uma situação de uso, mas isso, tanto nas narrativas quanto nos atestados de óbitos de jovens, e aí muito jovens mesmo, de quinze anos, que morriam de parada cardíaca ou em consequência de componentes destas drogas, de acordo com laudos toxicológicos, que identificou cocaína, clorofórmio... O que chama a atenção e que reforça sempre a presença de um proibicionismo. O proibicionismo é exatamente o que dá carta branca para um comércio liberado, tramado com a questão da segurança, e por outro lado é algo sobre o qual não se discute. Porque, assim, essa droga é vendida e de certa forma, todo mundo sabe que é um produto local, ilícito, sobre o qual, não se discute esse uso.

**O fato de ser um tema controverso, um tipo de tabu, fica para nós, pesquisadores, uma dúvida sobre os desafios do método. Gostaríamos de saber quais foram os desafios encontrados no campo de pesquisa? Desafios de metodologia, éticos, enfim...**

Perfeito. Eu acho que em primeiro lugar, quando eu localizo uma pesquisa feita na periferia sul da cidade de São Paulo, é muito importante que eu nunca situe essa localização no espaço. A entrada no campo, na verdade, se deu através de pessoas que conheciam pessoas na região, dos equipamentos de educação, de saúde, ou de proteção social, que tinham vínculos com pessoas que trabalhavam nesses equipamentos na região. E eles possibilitaram essa entrada, inclusive essa relação com a população. A gente acionou primeiramente mães que tinham, que contavam histórias de perdas de filhos por homicídio ou por morte de intervenção legal – mortos pela polícia. Então, a gente tinha uma narrativa local, que justificava o pedido para termos acesso à listagem de atestados de óbitos, em função do fato de termos posse e sermos informados dessas narrativas. Entretanto, o estado de São Paulo tem uma lei estadual que proíbe o acesso a documentos públicos, tais como atestados de óbitos, porque eles violariam a identidade ou violariam determinadas



ações do estado. Há uma determinação do governo estadual que o acesso a esses documentos seja limitado. Bom, nós conseguimos a partir do momento em que justificamos, frente à unidade epidemiológica, que tem acesso a esses dados, de que éramos pesquisadores, tínhamos o conhecimento, as narrativas locais desses ocorridos. Nessa altura tínhamos nomes, ou seja, não estávamos violando a identidade, porque o relato já era conhecido, o que pretendíamos era fazer um controle, uma checagem entre o que ficou registrado no dado e essa narrativa. Eu acho que isso se presta, também hoje, a toda uma questão dos comitês de ética, da ética na pesquisa. Eu diria que ela tem uma dupla face. Muitas vezes, em nome da proteção de uma suposta ética, o acesso a determinadas informações é vedado. E usando um raciocínio antropológico e o código de ética da própria ABA<sup>3</sup>, o que é ética para um pesquisador é não identificar a minha população, não expor uma população que é vulnerável de modo que a pesquisa cause mais vulnerabilidade, mas, por outro lado, defender essa pesquisa como dar direito a voz a quem não tem voz nesse processo. Eu acho que isso passa, com a pesquisa, com as margens, com as populações colocadas sob vigilância, sob controle, ou no caso do Brasil, em que existe uma criminalização da pobreza, ou das regiões mais pobres da cidade. Tem todo esse esquema de negociação de entrada em campo, mas acredito que a grande questão metodológica, também é a gente, de alguma forma, identificar: é um relato que fala de usos, que fala de tráfico, que fala de repressão policial, mas ele foi basicamente feito por mulheres. Ele tem um recorte de gênero, são mães, algumas são primas. Tem um recorte geracional, porque as falas das mães são diferentes das falas das irmãs. Eu estou falando, por exemplo, de um sujeito que morreu por homicídio e por intervenção da polícia. Esse relato é diferente quando ele é dado pela irmã, por uma geração mais próxima, ou pela mãe. Também essas pessoas falaram, porque elas já contavam isso para os agentes sociais ou para os agentes de saúde. Quando nós entramos em contato com eles, inclusive, nos falaram que esse fato, muitas vezes, permanece calado; e a percepção dos agentes é que falar disso não é uma forma de trazer uma lembrança ou aumentar o sofrimento. É uma forma de desabafo, de encontrar interlocutores,

<sup>3</sup> Associação Brasileira de Antropologia.



para falar coisas, inclusive dúvidas sobre o fato, também um fato, digamos, tabu reprimido. A partir do momento em que eu tenho um canal para falar desse assunto, eu o tenho em construção por toda essa relação ética, de escuta, de interesse, de alguma forma, de uma pesquisa que já parta desse pressuposto, do proibicionismo como algo que censura, corta, elimina o debate, elimina a visibilidade, ou seja, como algo que criminaliza, como algo que discrimina. Então, eu acho que essa é uma outra chave importante, no contexto e na discussão metodológica da pesquisa.

**Nós ouvimos muito hoje sobre evidências científicas que abraçam a sensação que nós temos, como cidadãos, de que o que está aí não está funcionando: a guerra contra as drogas, o proibicionismo. Minha pergunta, agora, é: são quais os caminhos? Quando a gente olha a evidência internacional, nós conseguimos encontrar o que possa substituir o que temos hoje?**

Olha, então, eu penso muito sobre isso. E aí penso que a gente vive, uma coisa que foi no século XX e que permanece no século XXI, apesar de todos os desarranjos globais, todas essas questões, enfim... toda essa velocidade em que os fatos acontecem, eu diria: eu acho que as utopias não foram enterradas. E eu estou pegando essa chave da utopia, porque a ciência, parte da ciência, porque hoje, tem também uma ciência produtivista, uma ciência bem-comportada, uma ciência que segue determinados paradigmas, mas eu digo: grande parte da ciência, da motivação, ela também tem a ver com utopia. E a utopia é exatamente essa chave. A percepção que determinados fatos, apesar de todas as circunstâncias não se sustentam e, apesar de serem apregoados como algo que melhora a vida das pessoas, eles não melhoram. Eles pioram a vida das pessoas. Eu acho que as utopias são feitas nessa relação. Então, eu diria que a questão anti-proibicionista hoje, é uma utopia. É uma utopia por quê? A demonização, a ilegalidade das drogas, por um lado, dá grande lucro ao sistema, a movimentação de um sistema de mercado, de um mercado tipo capitalista, neoliberal. Por outro lado, ele causa



danos, sofrimento às pessoas. Quer dizer, muito mais danos, muito mais sofrimento do que ele pretensamente protege. Aliás, aí a grande evidência, para mim, dessa pesquisa, é que o proibicionismo protege uma livre venda de drogas sobre as quais eu não tenho nenhum controle. Embora, eu possa dizer, que a gente vive em uma sociedade de risco, mas, de alguma forma, a regulamentação de um produto exige exatamente eu falar sobre os riscos e eu poder tomar uma decisão. Eu acho que, dessa forma, a partir do momento em que eu tenho a oferta de um produto que é proibido e sobre o qual tudo vai indicar que eu deva falar o mínimo possível, eu não falo sobre essas questões. Eu diria que o consumo é feito sobre uma forma coercitiva. Então, quando se fala que o sistema biomédico, fala em dependência química, eu falo em coerção social. Eu acho que a força de uma coerção social é muito mais ampla que uma dependência química, vamos dizer assim. Uma corporalidade ou pensar o corpo sob coerção, tem um efeito muito mais agravante que um corpo com falta disso ou daquilo ou das “Ns” possibilidades estatísticas que eu possa cruzar. De pesquisas que elas fornecem fragmentos, *fatorizados*, fracionados da realidade e quando eu torno isso, eu explico uma coerção, e uma multiplicidade, e assim, a complexidade de aspectos que ela, causa, por exemplo, ao corpo. Aí eu diria que qualquer abertura de algo, que está sob coerção, é uma forma, não é apenas algo de utopia, mas é uma forma de liberdade, de autonomia. Aliás, falar de autonomia, que é um dos temas do Congresso da ABRAMD, que é uma questão tão cara aos liberais - e se eu tenho um mercado neoliberal, eu mostro exatamente que a construção do neoliberalismo de mercado e das tramas para aumentar os lucros - ela é exatamente uma prática antiliberal, uma prática anti-autônoma, uma prática de coerção da liberdade de escolha.

**Na abertura da sua fala, uma coisa que me chamou bastante a atenção foi que o senhor disse estar trabalhando na sua pesquisa, no seu grupo, com os seus pares, na construção de um conceito novo, se não me engano é a ideia *quilombos modernos, urbanos, contemporâneos*. Como pesquisador, eu fico**



**pensando que processo é esse de nascimento de um conceito. Como é isso? Desde a Eureka, ele precisa passar por um processo empírico? Ele insere dentro de uma teoria? O que é isso de criar um conceito?**

Eu acho que esse conceito nem é meu, mas da Patrícia Alves que é minha orientanda. Vem do movimento negro, e, aí, de toda essa conversa, ela veio com essa ideia e eu ajudei a desenvolver isso tudo com ela, esse conceito do quilombo, porque eu pensei, exatamente, (em) quando a gente olha para essas economias morais. Porque aí tem várias economias e uma das questões que mais mobiliza é uma economia moral, você tem determinadas relações de gênero, determinadas relações de família, de consanguinidade, de parentesco, nessa população em torno de homens jovens, de mães, de proteção de mães, etc... e você tem também uma certa identidade de onde eu me defendo, onde eu posso me defender, exatamente, por ser ali uma noção que ali eu estou dominado. De um lado, você tem um agente de saúde que entra na sua casa, que conhece toda a sua vida, que cheira a sua comida, que conhece tudo. De um lado, você tem a figura, como eles chamam lá, dos meninos que vendem drogas, que ninguém falou o nome PCC, mas supostamente está ligado (pelas outras pesquisas sobre o PCC e tal, a gente sabe, e a gente faz essa relação teórica). Então, quando, por exemplo, é contada a história da polícia chegar porque ouve um roubo de carga, e que alguns jovens fogem pelas ruas, ocorre de as pessoas abrirem as portas e darem abrigo. Esconderem dentro de casa. Então, é um território que sofre essa repressão do Estado, tem conflitos entre si, mas se auto defendem. E, principalmente, esse jargão, era muito comum essa narrativa, que roubar é errado. Mas, agora, “por que eu roubei e matei”, isso também é errado. Então, está aí uma economia moral que, de alguma forma, está dizendo o seguinte: “olha, uma coisa é a moralidade entre o roubo e a honestidade. Outra coisa é a injustiça”. E é exatamente essa percepção (de) que o que fazem com a gente é injustiça. Eu acho que essa ideia do quilombo, ela se liga exatamente a isso: o que foi o quilombo na história brasileira? O quilombo reunia negros, índios, mestiços, o que seria essa população oprimida e produtora durante



toda essa história do Brasil Colonial e lá era um local em que essas pessoas se acolhiam, e se protegiam e, por sua vez, ela era invadida pelas forças do Estado. Aliás, é muito interessante essa história porque Domingos Jorge Velho, que é construído no imaginário paulista como um grande bandeirante, foi o mercenário contratado pelo Estado português para acabar e reprimir com o Quilombo dos Palmares. Ou seja, esses homens glorificados como heróis, como bandeirantes, eram mercenários contratados por um Estado que nem estava ali, e (que), de alguma forma, compactuavam e eles faziam esse trabalho da opressão. Então, até que ponto o quilombo saiu da história brasileira? Até que ponto essa identidade (eu diria que identidade é um termo forte) mas, essa percepção que (diz) “nós aqui é que somos atacados” não funciona como uma lógica nessas economias morais. Eu estou falando de uma economia moral, que envolve relações tradicionais de mães e filhos, relações de gêneros ... O que eu protejo, e o que eu exponho? O que eu criminalizo e o que eu não criminalizo? Quer dizer, a construção dessas lógicas. Então, eu diria que a ideia do quilombo é um filtro e que, a partir do modelo histórico do quilombo, eu testo esse modelo interpretativo e aí, quando eu estou colando isso, ainda colocando isso, como uma categoria exploratória, eu poderia dizer assim: uma categoria provocativa, ela é provocativa assim, em fazer um filtro de interpretação teórica. Ele não é um filtro solto. Ele é um filtro histórico e ele é um filtro de análise de uma sociedade e de um aparato que é o Estado, e da relação deste Estado com as margens. Porque aí eu trago, de novo, um texto da Veena Das e da Deborah Poole, “*O Estado e as suas margens*” que eu acho magnífico porque diz assim: “o poder do Estado nasce exatamente das margens”. Nas margens é que ele demonstra publicamente que ele tem poder. Então, eu acho que essa é uma categoria exploratória, não fechada, mas que foi proposta pela Patrícia Alves uma orientanda de mestrado que eu tenho. Enfim, ela participou da pesquisa, ela trouxe isso e a gente começou a discutir.